

## REPRESENTAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA – PR

### PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS, ABERTURA DE INVESTIGAÇÃO, SUSPENSÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO LEILÃO 001/2025

Nome: Rodrigo Amatuzi  
Município: Icaraíma - PR  
Contato: (67) 993525696

**Ao Presidente da Câmara Municipal e  
Demais Vereadores (as)**

#### OBJETO

Solicitação de:

- Fiscalização legislativa;
- Abertura de procedimento de investigação interno;
- Pedido formal ao executivo pela **anulação do leilão 001/2025**;
- Suspensão da homologação, se já realizada;
- Envio dos fatos ao ministério público.

#### DOS FATOS

Relato resumido para a Câmara:

1. O Município realizou o Leilão 001/2025 em 12/12/2025.
2. Os lotes ficam **dentro da APP de 500 m do Rio Paraná**.
3. As áreas integram **APA Federal Ilhas e Várzeas**, exigindo anuência do ICMBio.
4. O edital contém omissões e cláusulas ilegais, como a que nega obrigação ambiental do Município.

**Promessa de uso proibido por lei.** (O edital afirma que os lotes têm **potencial construtivo residencial e comercial**: “destinados a empreendimentos residenciais e comerciais”). EDITAL I - Leilão 001-2025. Isso é **ilegal**, porque APP e APA **não permitem uso urbanístico sem licenciamento**.

**Omissão deliberada de responsabilidade ambiental.** (O edital declara: “Município não é responsável pelo levantamento de restrições legais e ambientais (IAT, IBAMA, ICMBio...)”). EDITAL I - Leilão 001-2025.

Isso evidencia:

- tentativa de **burlar o controle ambiental**,
  - **omissão de dever de fiscalização**,
  - **indução do comprador ao erro**,
  - **violação de princípios da administração pública** (legalidade, moralidade, lealdade).
5. Não existe qualquer licença ambiental.
  6. Mesmo que já homologado, o ato é **nulo de pleno direito**.

## FUNDAMENTAÇÃO PARA A ATUAÇÃO DA CÂMARA

O Legislativo Municipal tem competência para:

- Fiscalizar atos do Executivo (art. 31, CRFB);
- Sustar atos ilegais (art. 49, CRFB, aplicado subsidiariamente);
- Instaurar comissões temporárias ou CPI;
- Convocar servidores e secretários para esclarecimentos.

## PEDIDOS À CÂMARA

**Que a Câmara:**

1. **Notifique oficialmente o Prefeito** para suspender imediatamente todos os efeitos do Leilão 001/2025.
2. **Requeira ao Executivo a anulação total** do procedimento, mesmo se já homologado.
3. **Solicite cópia integral** dos processos referentes ao leilão.
4. **Instale Comissão Especial de Investigação** para apurar:
  - Dano ambiental;
  - Ilegalidades no edital;
  - Favorecimento;
  - Ausência de licenciamento.
5. **Suste** qualquer ato administrativo considerado ilegal.
6. Encaminhe cópia integral da representação ao **Ministério Público**.

## CONCLUSÃO

Diante da gravidade das irregularidades e do dano ambiental envolvido, **requer-se** que a Câmara Municipal exerça sua função fiscalizatória com urgência, exigindo transparência, legalidade e proteção do patrimônio natural do município.

Icaraíma, 12 de Dezembro de 2025.

Rodrigo Amatuzi.  
Requerente.